6.1. Paciente beneficiário de um plano de saúde com cobertura de remoções:

- Acionar o plano de saúde.

6.2. Paciente beneficiário de plano de saúde que não oferece remoções:

- Acionar o serviço de remoções contratado pelo TRF.

6.2.1. A remoção será direcionada a hospitais cobertos pelo plano de saúde, preferencialmente nas proximidades do Tribunal.

6.3. Pacientes sem plano de saúde:

- Acionar o serviço de remoções contratado pelo TRF.

6.3.1. A remoção será direcionada à Santa Casa de Misericórdia de SP.

6.4. Funcionários terceirizados:

- Acionar o serviço de remoções contratado pelo TRF.

6.4.1. Paciente beneficiário de plano de saúde

6.4.1.1. A remoção será direcionada a hospitais cobertos pelo plano de saúde, preferencialmente nas proximidades do Tribunal.

6.4.2. Paciente sem plano de saúde:

- A remoção será direcionada à Santa Casa de Misericórdia de SP.

A equipe psicossocial deverá fazer contato prévio com encarregado da empresa para comparecer ao ambulatório, informar se o paciente possui plano de saúde e acompanhar o atendimento e eventual remoção ou indicar um representante.

6.5 Estagiários:

6.5.1. Beneficiário de um plano de saúde com cobertura de remoções:

- Acionar convênio.

6.5.2. Paciente beneficiário de plano de saúde que não oferece remoções:

- Acionar o serviço de remoções contratado pelo TRF.

- Encaminhar para hospital credenciado do plano, preferencialmente nas proximidades do TRF

6.5.3. Paciente sem plano de saúde:

- Acionar o serviço de remoções contratado pelo TRF.

- Encaminhar para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

A equipe psicossocial deverá fazer contato prévio com a supervisão de estágio ou chefia do respectivo setor para comparecer ao ambulatório, informar se o paciente possui plano de saúde e o contato dos familiares. No caso de menor de idade é imprescindível o acompanhamento de um servidor do setor de origem durante o atendimento, podendo haver comunicação aos familiares, se necessário.

7. Antes da finalização do processo de contratação de serviço de remoções

7.1. Caso o paciente seja beneficiário de um plano de saúde com cobertura de remoções, este será acionado inicialmente.

7.2. Em caso negativo, será acionado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

Nesta situação, o encaminhamento e hospital de destino obedecerão aos protocolos daquele serviço.

8. Procedimentos da equipe psicossocial

8.1. Durante o atendimento:

- Contato prévio, se necessário, com familiar, plano de saúde do paciente, e com o hospital de destino para confirmação de cobertura e possibilidade de atendimento (Prioridade para o local de atendimento mais próximo do Tribunal).

8.2. Posterior ao atendimento:

- Contatos com a família e chefia do paciente por assistente social, psicólogas ou outro profissional competente da equipe da DSAU.

Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 13/07/2021, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ESCOLA DE MAGISTRADOS

PORTARIA EMAG Nº 2, DE 05 DE JULHO DE 2021

Regulamenta a instituição e o funcionamento de grupos de estudos e pesquisa na Escola de Magistrados da Justiça Federal da Terceira Região.

Documento assinado eletronicamente por **Therezinha Astolpho Cazerla, Desembargadora Federal Diretora da EMAG**, em 05/07/2021, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A DESEMBARGADORA FEDERAL DIRETORA DA ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 2, de 8 de junho de 2016, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, sobre o curso oficial para ingresso, o curso de formação inicial e os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação contínua na carreira da magistratura;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 233, de 4 de março de 2013, do Conselho da Justiça Federal, sobre o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1, de 22 de setembro de 2003, da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – EMAG, sobre os departamentos jurídicos e de ciências no âmbito da sua estrutura organizacional;

CONSIDERANDO a Resolução EMAG nº 1, de 20 de setembro de 2012, sobre a implantação e o funcionamento do Programa de Pesquisa da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região;

CONSIDERANDO a Resolução CA nº 390, de 11 de fevereiro de 2010, sobre a Norma de Estrutura da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região - EMAG, incumbindo-a de proporcionar atualização e aperfeiçoamento aos magistrados, mediante a realização de eventos de diversos formatos, entre cursos, palestras, seminários e outros;

CONSIDERANDO que a formação inicial e contínua dos magistrados se constitui em garantia, aos jurisdicionados e à sociedade em geral, de obtenção de um serviço de qualidade na administração de justiça, segundo o art. 29, do Código de Ética da Magistratura Nacional, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a missão da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região - EMAG, de favorecer a construção e a difusão do conhecimento, propiciando situações de aprendizagem que contribuam para a seleção, a formação, a atualização e o aperfeiçoamento de magistrados, com vistas ao atendimento dos anseios da sociedade por uma prestação jurisdicional rápida e efetiva;

CONSIDERANDO a importância de fomentar o aprofundamento científico e de apoiar grupos de estudos e de pesquisa, voltados ao desenvolvimento e à inovação sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional

RESOLVE:

Art. 1.º Os grupos de estudos e pesquisa no âmbito da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.ª Região serão instituídos mediante autorização de sua Diretoria e terão seus trabalhos executados e supervisionados nos termos desta normativa.

Art. 2.º A formação dos grupos de estudos e pesquisa terá por objetivos:

I - estimular a produção científica e tecnológica, especialmente voltada para a geração de benefícios à sociedade;

II - fomentar a formação humanística e multidisciplinar;

III - favorecer a integração entre o estudo, a pesquisa e a prática judiciária;

IV - contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas interdisciplinares ou transdisciplinares;

V - congregar estudiosos e pesquisadores da magistratura ou externos, cujos projetos se organizem a partir de temáticas de interesse comum, compatíveis com a missão institucional;

VI - estimular intercâmbios e parcerias nacionais e internacionais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas;

VII - privilegiar o estudo de casos e a análise da doutrina e da jurisprudência;

VIII - propiciar o debate instruído e a ampla interação entre os participantes;

IX - difundir o conhecimento produzido no âmbito da Justiça Federal da Terceira Região; e

X - divulgar para a sociedade o resultado dos estudos e pesquisas.

Art. 3.º Os grupos poderão ser compostos por magistrados e servidores deste Tribunal e suas respectivas Seções Judiciárias, bem como por membros de outras instituições, públicas ou privadas.

§ 1.º Cada grupo de estudos ou de pesquisa contará, necessariamente, com:

I - 1 (um) Coordenador Científico, com pós-graduação em instituição reconhecida pelos órgãos competentes no Brasil, responsável pela elaboração da proposta de criação do grupo, pelo planejamento e pela orientação das atividades e produção científica do grupo;

II - 1 (um) Coordenador Pedagógico, responsável pelas atividades técnico-administrativas; e

III - 10 (dez) a 30 (trinta) Membros, que colaborarão com os estudos e pesquisas propostos, de forma voluntária e graciosa.

§ 2.º As funções de coordenação científica e pedagógica poderão ser cumuladas.

§ 3.º As reuniões ocorrerão sem prejuízo das funções ordinárias dos participantes em suas instituições de origem.

Art. 4.º Os grupos de estudos e de pesquisa serão criados a partir de propostas registradas em expediente próprio no Sistema Eletrônico de Informações – SEI deste Tribunal, quando apresentadas por magistrados ou servidores, ou enviadas ao endereço de correio eletrônico da Escola de Magistrados (emag@trf3.jus.br), se submetidas por público externo à instituição.

§ 1.º As propostas de criação de grupos poderão ser apresentadas a qualquer tempo.

§ 2.º A EMAG poderá realizar chamamentos públicos, internos ou externos, para apresentação de projetos de estudos e pesquisas.

§ 3.º Cumprida a EMAG a inserção no SEI, em expedientes próprios, das propostas recebidas no e-mail institucional, bem como a instrução de todos os expedientes.

Art. 5.º A proposta de estudos ou pesquisa deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I – título;

II - nomes dos coordenadores;

III - área predominante do conhecimento;

IV - justificativa e problematização;

V - referências teóricas e práticas;

VI – linha da pesquisa ou estudos;

VII - objetivos a serem alcançados;

VIII - metodologia;

IX - resultados a serem apresentados;

X - recomendação de publicação do resultado sistematizado dos trabalhos ou de realização de curso conforme planejamento a ser apresentado;

XI - cronograma das atividades;

X - referências bibliográficas.

Art. 6.º As propostas serão analisadas pela Diretoria da EMAG quanto à sua adequação aos objetivos previstos no art. 2.º e à sua viabilidade.

Parágrafo único. As decisões referentes às propostas, assim como aquelas proferidas no âmbito de execução dos trabalhos dos grupos de estudos e pesquisas, não serão objeto de recurso.

Art. 7.º Cada grupo de estudos ou pesquisa terá duração de 6 meses, prorrogáveis, a critério da Diretoria da EMAG, mediante justificativa.

§ 1.º As reuniões dos grupos terão periodicidade quinzenal ou inferior.

§ 2.º As reuniões poderão ocorrer na forma presencial ou virtual e serão gravadas, salvo deliberação em contrário do coordenador, devidamente justificada.

§ 3.º Os membros sediados fora da cidade de São Paulo participarão das reuniões, preferencialmente, por videoconferência, não gerando quaisquer ônus para a EMAG eventual deslocamento.

§ 4.º As atividades dos grupos serão supervisionadas pela Diretoria da EMAG, cumprindo ao Coordenador Pedagógico apresentar relatório mensal das reuniões e atividades realizadas.

Art. 8.º Os grupos de estudos ou pesquisa produzirão, como requisito para a conclusão das atividades, artigo científico, relatório de pesquisa ou plano de seminário ou curso apto a credenciamento pela ENFAM, voltados à difusão do conhecimento produzido.

Art. 9.º Os autores cederão à Escola de Magistrados a produção decorrente das pesquisas e estudos realizados, conforme previsto no art. 8.º, em caráter permanente e irrevogável, durante o prazo de duração dos direitos autorais, autorizando a sua disponibilização pública, gratuita e não comercial, em qualquer meio ou veículo, inclusive digital, em quaisquer países e idiomas.

Art. 10 A EMAG oferecerá apoio técnico-científico para a disponibilização de ambiente virtual nas plataformas Microsoft Teams e Moodle, ou outras que vierem ser adotadas oficialmente, a fim de viabilizar a produção e disseminação do conhecimento, assim como a articulação e a integração entre os estudantes e pesquisadores.

Art. 11 Os casos não previstos nesta portaria serão decididos pela Diretoria da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região.

Art. 12 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

DESPACHO

Processo SEI nº 0289121-57.2021.4.03.8000

Interessado(a): Bruno Valentim Barbosa

Informação nº

Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 12/07/2021, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Anotar-se. Comunicar-se. Publicar-se.

Defiro o requerimento do Excelentíssimo Juiz Federal BRUNO VALENTIM BARBOSA de licença-patrimônio no período de 10 a 29 de julho de 2021, nos termos da Resolução nº 2/2008, do Conselho da Justiça Federal, e da Resolução nº 321/2020, do Conselho Nacional de Justiça.

7852097- CENTRALDMAG: ciente.

DESPACHO

Processo SEI nº 0289132-86.2021.4.03.8000

Interessado(a): Rogério Volpatti Polezze

Tendo em vista a Informação prestada pela Divisão de Assuntos da Magistratura (Doc. SEI nº 7852130), defiro o afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família, no período de 3 a 10 de julho de 2021, nos termos do artigo nº 72, II, da Lei Complementar nº 35/79.

Comunicar-se. Publicar-se. Registrar-se.

Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 12/07/2021, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PAUTA SECRETARIA SEI-JULGAR 7855525 - PRESI/GABPRES/SCAJ/CA-SECRETARIA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

214ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DE 19/07/2021, 14 H, A SER REALIZADA POR MEIO NÃO PRESENCIAL (VIRTUAL) NOS TERMOS DO ATO PRES Nº 2576, DE 16/03/2020.

Presidente Desembargador Federal MAIRAN MAIA

Aprovar:

Ata da 213ª Sessão Ordinária de 21 de junho de 2021.

Presidente Desembargador Federal MAIRAN MAIA

001) 0270803-26.2021.4.03.8000 - Expediente Administrativo

Tipo da Matéria: Atos Administrativos

Partes: Gabinete da Presidência (Interessado) e Secretaria de Tecnologia da Informação (Interessado).

Assunto: Proposta de alteração da denominação da RGET e criação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança de Cibernética (ETIR)

002) 0039134-70.2020.4.03.8000 - Auditoria Financeira

Assunto: Relatório de Auditoria em Contas Anuais da JF3R – 2020 e Certificado de Auditoria em Contas Anuais da JF3R - 2020

Desembargador Federal CARLOS DELGADO

003) 0037583-55.2020.4.03.8000 - Apuração de Falta Contratual

Tipo da Matéria: Penalidades

Partes: Belabru Comércio e Representações Ltda. (Recorrente), Vanessa Cristina Faria Claro OAB/SP 253.774 (Advogado) e Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da Terceira Região (Recorrido).

Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 12/07/2021, às 18:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATO CJF3R Nº 9548, DE 12 DE JULHO DE 2021